

CONTRIBUIÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA CUTISTA NA UFC AO XXI CONFASUBRA - 2012

OS NOVOS DESAFIOS DA FASUBRA

- **A FASUBRA NÃO PODE SE ISOLAR DOS DEMAIS TRABALHADORES! PELA IMEDIATA REFILIAÇÃO DA FASUBRA À CUT!**
- **OS SERVIDORES NÃO ACEITAM PAGAR A CONTA DA CRISE! NÃO AO CORTE DE 55 BILHÕES NO ORÇAMENTO! REAJUSTE JÁ!**
- **LUTAR PELA EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI 12.277\10 PARA TODOS OS SERVIDORES DO EXECUTIVO;**
- **DEFESA DA LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL – CONTRA O IMPOSTO SINDICAL E A UNICIDADE IMPOSTA PELO ESTADO!**
- **POR UMA VERDADEIRA CAMPANHA NAS IFES PELAS 30 HORAS SEMANAIS!**
- **BARRAR A APROVAÇÃO DA EBSEH NOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIOS!**
- **POR UMA CAMPANHA NACIONAL DIRIGIDA À PRESIDENTE DILMA EXIGINDO A REVOGAÇÃO DO PL 79\11 QUE CRIA A EBSEH! NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS HU's!**
- **PARTICIPAR DA CAMPANHA NACIONAL PELA REVOGAÇÃO DA LEI DAS OSs! NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE!**
- **TUDO APOIO AO PL 2.295\00 QUE INSTITUI AS 30 HORAS PARA OS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM!**
- **PELA ANULAÇÃO DAS PRIVATIZAÇÕES DOS AEROPORTOS!**
- **PELA ATUALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA TERRA! REFORMA AGRÁRIA JÁ!**
- **EM DEFESA DA SOBERANIA DOS POVOS! PELA RETIRADA DAS TROPAS BRASILEIRAS DO HAITI!**

Conjuntura Internacional: uma crise de decomposição do capital

A situação mundial segue marcada pela crise econômica, na verdade, a crise do sistema capitalista, iniciada em 2008 nos EUA, centro do sistema capitalista internacional, e que hoje atinge os países da União Europeia, com particular violência na Grécia, Espanha e Portugal. A Europa no seu conjunto, entretanto, sofre seus efeitos, como demonstra a regressão da atividade industrial no continente. A crise está longe de ser passageira, pois foi criada pelo próprio funcionamento do sistema imperialista (com o lugar central que assume o capital financeiro e especulativo).

As instituições a serviço das grandes multinacionais e bancos, como o FMI e o Banco Mundial, recomendam “mais do mesmo” que gerou a atual crise: ataques a direitos sociais, aumento da idade para aposentadoria, pensões e cortes dos serviços públicos, a começar pela Educação e a Saúde.

O G20 em nada altera a situação, pois o poder de decisão continua nas mãos do imperialismo mais poderoso, os EUA, cabendo aos demais países representar seu papel de coadjuvantes no cenário das suas reuniões.

A marca do capitalismo mundial é a do desemprego, flexibilização e liquidação de direitos sociais e trabalhistas, políticas de “ajuste” para salvar os bancos e grandes empresas privadas em detrimento dos interesses das populações exploradas e oprimidas do mundo.

O aumento da exploração da força de trabalho, apresentado como “saída” para a crise mundial, acompanha uma política de guerras manejadas pelas grandes potências, em particular os EUA. O governo Obama continua a política de agressão às nações e povos que foi a do seu antecessor Bush.

No Oriente Médio, o Estado de Israel (racista e opressor), apoiado pelos EUA, continua a guerra contra o direito do povo palestino de viver e retornar para a própria terra de seus antepassados. Na América instala bases militares, como na Colômbia, e ameaça a soberania dos povos em decidir seu próprio destino.

Os trabalhadores e suas organizações sindicais resistem e defendem as posições conquistadas pela luta da classe trabalhadora. É o que vemos na Grécia, França, Espanha, Portugal, com greves gerais e mobilizações dos trabalhadores que se recusam a pagar o preço da crise com a perda de seus direitos.

É o que vemos no norte da África, onde um ano depois do início das mobilizações da Praça Tahir, no Egito, as massas voltam a se levantar reconhecendo no governo da Junta Militar a continuidade do governo Mubarak “sem Mubarak”. Ou ainda na Tunísia onde segue o processo de revolução proletária marcado pelo surgimento de organismos de duplo poder. A defensiva da burguesia por intermédio de uma assembleia constituinte sem poder deu um respiro às forças do capital, mas estão longe de impor uma derrota definitiva às massas revolucionárias.

Qual o papel de uma organização sindical neste cenário? **Certamente não é o de carregar o peso da falência do sistema para os grupos de capitalistas e especuladores que criaram a atual crise que empurra o mundo ao desastre.** O sindicato, a federação nacional (como a FASUBRA) ou a central sindical (como a CUT), devem defender com unhas e dentes o que foi conquistado e recusar, portanto, a política de ajuste proposta pelo FMI, mantendo sua independência diante dessas instituições e governos.

Igualmente, os apelos à cogestão dos serviços públicos ou o “acompanhamento” da aplicação das medidas formuladas pelo Banco Mundial, a que são chamadas as organizações sindicais, por exemplo, na armadilha da Rio + 20 não correspondem ao papel de nossos sindicatos, de nossa Federação ou da CUT. Na Rio + 20, por exemplo, as organizações dos trabalhadores são chamadas a participar, em pé de igualdade com ONGs que não representam ninguém, a não ser seus donos, com instituições patronais, governos e agências do imperialismo (FMI, BM) responsáveis pela aplicação das medidas de “austeridade” contra as massas, a buscar “em comum” medidas “criativas”

para conviver com a crise do capital. Trata-se de uma diluição de nossas organizações na geléia geral da chamada “sociedade civil” para tornar possível novos ataques aos trabalhadores.

Nossa Federação - a FASUBRA, deve também abraçar a luta de povos irmãos, como o povo do Haiti que, sofrendo a ocupação militar por parte de tropas da Minustah - ONU comandadas pelo Brasil, além de ter sofrido com o terremoto do início de 2010, os ciclones do fim do ano e agora a cólera, tem suas mobilizações reprimidas pelas tropas, que são a garantia do odiado atual governo corrupto e vendido, que preparou a fraude eleitoral em meios aos escombros de um país destruído. Exemplo do papel das forças de ocupação no Haiti é a proteção que dão às Zonas Francas, verdadeiras prisões de trabalhadores, onde mesmo os direitos sindicais são desrespeitados, como mostram as demissões seguidas de sindicalistas que atuam nas empresas da região.

O Haiti precisa de médicos, enfermeiros, engenheiros, ajuda técnica e material, não de soldados e tropas de ocupação; **retirada das tropas da ONU do Haiti, que os soldados brasileiros voltem para casa!**

Conjuntura nacional: na crise mundial, defender a nação e os trabalhadores, não o capital.

Nosso congresso se realiza na abertura do segundo ano de governo de Dilma Rousseff como presidente da República.

A eleição da candidata do PT, na qual milhares de sindicalistas e trabalhadores se empenharam (inclusive das entidades filiadas à FASUBRA), revelou a vontade do povo brasileiro de impedir a volta dos privatistas do PSDB e DEM ao poder e, ao mesmo tempo, a vontade de que as reivindicações inadiáveis de terra, salário, serviços públicos de qualidade, Saúde e Educação gratuitas, sejam atendidas.

A constituição de um governo de ampla coalizão, com um papel reforçado do PMDB (partido que congrega setores dos mais corruptos e oportunistas da classe dominante brasileira) e outros “aliados” de ocasião estabelece limites a este governo. Do ponto de vista dos trabalhadores, o mandato dado ao Governo Dilma pelas urnas e pela vontade majoritária dos trabalhadores é o de romper com a atual política que parece fazer dos vencidos (PSDB, DEM, PPS) os vencedores, e constituir novas instituições (por exemplo, pela convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana) que permitam adotar as medidas necessárias de proteção da nação e dos trabalhadores. Afinal, quem pode acreditar que um parlamento manietado por um Senado cuja composição desrespeita a proporção de eleitores na sua escolha (o que também é verdade para o Congresso Nacional como um todo!), este Judiciário manietado aos interesses dos capitalistas e ao Estado podem promover as mudanças necessárias?

A condição para a atuação de nossas entidades é, mais do que nunca, a independência e autonomia sindicais para fazer valer as reivindicações pendentes dos trabalhadores. A greve encabeçada por nossa Federação no ano passado, cujas reivindicações foram, no essencial, negadas, indica a necessidade da **unidade com outros setores do serviço público, como a CONDSEF, como na marcha que, no momento em que inscrevemos esta tese, se prepara para 28 de março de 2012.**

Os derrotados nas urnas, através da grande imprensa que controlam, tentam pautar o governo na aplicação dos planos de ajuste ditados pelo FMI: corte de gastos públicos é o lema agitado. Isso significa sucateamento do setor público, contenção de salários dos servidores, falta de investimentos do Estado na infraestrutura e na defesa da nação das consequências da crise. O mais grave, entretanto, é a atitude responsiva do governo a tais pressões, como agora, na concessão (privatização) dos três principais aeroportos do país ou, no caso das universidades, na transferência da gestão dos Hospitais Universitários das IFES públicas para uma empresa fundada nas regras da iniciativa privada.

Além dos mais de R\$50 bilhões contingenciados pelo governo ano passado, foi anunciado pela ministra Belchior o corte de outros R\$55 bilhões do orçamento de 2012 (5,5 bilhões na Saúde e 2,5 bilhões na Educação). Isso reforça a inevitável constatação de que até agora o governo Dilma tem mostrado que saúde, educação, e demais setores responsáveis diretos pelo atendimento à população não estão entre as prioridades do governo.

Uma política de defesa da nação, que devemos defender na FASUBRA, no conjunto das entidades e na CUT, significa exigir a realização da Reforma Agrária (paralisada pelos interesses ruralistas que se abrigam não só na oposição mas inclusive na “base aliada” do governo); que a riqueza do Pré-sal seja utilizada para melhorar as condições de vida de nosso povo, com uma Petrobrás 100% estatal; que a política de valorização do Salário Mínimo avance mais rapidamente, que os investimentos necessários sejam feitos na Educação e Saúde públicas de nosso povo.

Posições que a FASUBRA já tomou no passado recente – como o fim da política de superávit primário (recursos “economizados” pelo governo federal para pagar as dívidas aos banqueiros e especuladores), a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (que privilegia o pagamento das dívidas e bloqueio a valorização salarial dos servidores) – mantém toda a sua atualidade.

Nosso congresso deve posicionar-se contra qualquer “reforma” da Previdência que ataque direitos adquiridos pelos trabalhadores, contra a instituição da previdência complementar e exigir o Fim do Fator Previdenciário que amputa as aposentadorias.

Unificando-se com as demais categorias de servidores, a FASUBRA, no âmbito da Marcha de 28 de março, deve exigir a aprovação da Lei 2203/11 (que concede reajustes de 2 a 31% a todos os servidores a título de primeira parcela para alcançar os 78% dado apenas a 5 cargos do executivo federal) e sua extensão a todos os servidores federais, inclusive os das universidades.

Retomando sua filiação à CUT, a FASUBRA deve apoiar a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, e, conjuntamente com outras entidades de trabalhadores do setor público, batalhar pelo respeito ao direito de greve e pela aplicação da Convenção 151 da OIT, que garante negociações entre sindicatos de servidores e seus empregadores (as 3 esferas de governo: municipal, estadual e federal).

A melhor contribuição que a FASUBRA e suas filiadas podem dar para a construção de um Brasil justo e soberano é a defesa intransigente das reivindicações dos trabalhadores e demais setores explorados e oprimidos da nação.

Política Educacional: Defender o ensino público e gratuito contra a armadilha das conferências

Os diferentes governos têm, nos últimos anos apelado à participação da “sociedade civil”, deliberadamente colocando no mesmo saco as legítimas entidades dos trabalhadores e toda uma fauna de ONGs e OSs, num processo de corresponsabilização com o Estado.

Evidentemente, uma entidade como a FASUBRA tem o direito e o dever de intervir na definição das políticas educacionais. Entretanto isso vem sendo confundido com a participação da FASUBRA e entidades filiadas num sem número de fóruns em que a organização sindical é dissolvida no meio de ONGs, instituições privadas de Ensino (os tubarões da Educação), autoridades governamentais, etc.

Nisso consistiu, por exemplo, a 1ª Conferências Nacional de Educação (CONAE) – que reuniu exatamente os “atores” mencionados acima –, que acaba aparecendo como uma finalidade em si, ou pior, como exemplo de “democracia participativa”.

Assim a “sociedade” (onde cabem todos, explorados e exploradores, trabalhadores e patrões, ONGs etc) é convidada a opinar sobre um projeto emanado do Ministério da Educação, e as propostas que tiverem “consenso” ou maioria deveriam ser consideradas no Plano.

Ora, seria muito mais eficiente e positivo que, uma vez definidas nos congressos e instâncias sindicais as prioridades que a FASUBRA considera necessário traduzir em reivindicações, que estas fossem dirigidas diretamente aos governos (estadual, municipal e federal) a partir de uma mobilização de nossas bases em sua defesa.

Qual consenso é possível, por exemplo, com os donos de escolas privadas sobre a defesa da Educação Pública e gratuita para todos? Ficarmos prisioneiros de fóruns institucionais que “opinam” e adotam “diretrizes” que o governo pode pegar ou largar, equivale a neutralizar uma ação sindical mais incisiva em defesa do que os trabalhadores julgam necessário.

A CONAE definiu 7% do PIB para a educação, já a proposta da CUT, da FASUBRA e de outras entidades é de 10% do PIB. Mas nos perguntamos se o melhor método seria vincular as verbas da educação às oscilações na economia, ainda mais numa situação de crise mundial que atravessamos. Lembremos que a variação do PIB em 2009 foi negativa, o que diminuiria os recursos voltados para a Educação, como de fato ocorreu com o salário mínimo em 2011. É hora de discutirmos a vinculação do financiamento da Educação ao atendimento do Custo Aluno Qualidade/inicial definido pelos companheiros da CNTE, e adaptado à realidade das universidades, para que a educação seja de fato, considerada como investimento e não como gastos sem retorno. E essa reivindicação não deveria passar pelo filtro de conferências institucionais, **mas sim ser dirigida diretamente ao governo.**

A CONAE insiste na “ampliação da participação da sociedade civil” na “definição e realização das políticas educacionais, de modo a estabelecer o pleno funcionamento dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação coletiva da área educacional”. Ora, a chamada “sociedade civil”, como já dissemos, é uma abstração, a sociedade real é dividida em classes sociais com interesses antagônicos, inclusive, é claro, quando se discute o tema Educação.

Tomemos o exemplo de bancos (Itaú e Unibanco) que criam ONGs para intervir nas conferências e defender seu ponto de vista para a Educação, interferindo em assuntos pedagógicos inclusive. Tomemos o exemplo das Organizações Sociais, instituições religiosas e Parcerias Público-Privadas no Município de São Paulo – que mesmo à revelia da posição vitoriosa dos trabalhadores na Conferência Municipal contra a privatização - têm a garantia do Governo Kassab (DEM/PSDB) de que continuarão expandindo os convênios privados que já abarcam mais de 50% das creches.

Também devemos tomar posição em nosso congresso sobre as Avaliações institucionais (no nosso caso, o ENAD). Devemos afirmar uma posição contrária a avaliações externas, as quais

buscam jogar no trabalhador em Educação a culpa pelas mazelas do sistema público de ensino. Todos sabem o que é necessário para resolver os problemas da educação – inclusive os governos -, a raiz é a falta de investimento público na Educação. É inconcebível que os servidores sejam avaliados pelo resultado dos estudantes nas avaliações externas. É inadmissível que trabalhadores estejam condicionados a resultados de provas para obter algum aumento salarial, como já ocorre com os professores de estados como Bahia e São Paulo.

Política Sindical: refiliar a FASUBRA à CUT no quadro da luta pela independência sindical.

Defendemos que a FASUBRA se refilie à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT, fundada em 1983 a partir de uma onda de greves que chocou-se com a ditadura militar e a estrutura sindical oficial pelega no Brasil, segue sendo a principal organização geral dos trabalhadores brasileiros, dos setores público e privado, do campo e da cidade.

Entretanto, no último período (grosso modo os dois mandatos sucessivos de Lula na presidência da República), para além das entidades que defendem a estrutura oficial pelega (imposto sindical e unicidade), que continuaram a existir (Força Sindical, Nova Central, UGT, CGTB), setores que estavam na CUT romperam com ela em favor de outras organizações. Primeiro foi a Conlutas, depois a Intersindical, que confundindo o papel do sindicato com o de partido político, optaram por serem “oposição ao governo Lula” e racharam com a CUT acusando-a de “chapa branca” (as maiores greves e mobilizações ocorridas no período de governo de Lula foram, entretanto, lideradas pela CUT e suas entidades filiadas, como CNTE, CONDSEF e a própria FASUBRA). No ano de 2010 o projeto de unificação da Conlutas com a Intersindical acabou fracassando, após um congresso que se perdeu na discussão do nome que deveria ter a nova organização.

Já a Corrente Sindical Classista, que havia ingressado na CUT em 1991, diante do processo de legalização das centrais sindicais (que veio, lamentavelmente, acompanhado de uma distribuição proporcional de recursos oriundos do famigerado Imposto Sindical para as centrais reconhecidas), decidiu romper com a CUT e formar a CTB em 2007.

Objetivamente esses rachas jogaram na divisão das organizações construídas pelos trabalhadores, a própria CUT em primeiro lugar, em nome de organizações “de combativos” ou “revolucionários”, ou, no caso da CTB, correia de transmissão de um único ponto de vista (no caso o da CSC, ligada ao PCdoB).

Nenhuma das correntes que rompeu com a CUT foi expulsa da central ou obrigada a sair. Ao contrário, as portas da CUT continuam abertas para todos que nela queiram entrar, pois seus estatutos se definem por regras democráticas e proporcionais de representação.

A defesa da FASUBRA como entidade cutista coloca de imediato a questão de que chapa construir para disputar a direção da Federação. Na nossa opinião, uma chapa expressamente

CUTista deve defender a refiliação da FASUBRA à CUT, embandeirando-se da independência de classe, sobre a base e das reivindicações dos trabalhadores das universidades que o congresso definirá.

UM ANO DE DILMA, QUAL A SITUAÇÃO NO CAMPO?

O latifúndio continua dá as cartas e as medidas pela reforma agrária recuam

A reforma agrária é questão central para o estabelecimento da soberania nacional. Ainda mais diante da crise do capitalismo. Por fim à brutal concentração de terras no país torna a reforma agrária uma medida essencial para o fortalecimento do mercado interno.

O Orçamento de 2012, em relação a 2011, prevê uma redução de verbas para a reforma agrária.

Para 2012, de acordo com a Lei Orçamentária, está prevista, no que diz respeito às ações de obtenção de terras, uma drástica redução de 28%, em relação a 2011, e de 31,2%, em relação a 2010. Além disso, a assistência técnica, já comprometida em orçamentos dos anos anteriores, ainda sofrerá uma redução de 30%, em relação a 2010.

Para implantação de infraestrutura, o orçamento prevê uma perda de 8%, em relação a 2011.

Desde o primeiro mandado de Lula, o então Ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosseto, respondia negativamente às reivindicações por terra para quem nela trabalha, alegando a necessidade de garantir o Superávit Primário para pagar os juros da dívida pública. O orçamento de 2012 amplia os 44,05% (em 2011) para 47,19% a porcentagem destinada ao pagamento da dívida. O que significa que a política de pagar para os especuladores continua sendo o maior obstáculo ao atendimento das necessidades da nação, como a reforma agrária.

Segundo o balanço apresentado pelo INCRA, o número de assentamentos no Brasil abrigam 930 mil famílias, das quais 553 mil foram assentadas entre 2004 e 2011, numa média anual que representa 69 mil famílias por ano.

No governo Dilma, foram apenas 20 mil. Esses números foram contestados pelo MST, que afirma terem sido apenas 5.735 famílias assentadas. O MST reivindica o assentamento das 180 mil famílias hoje acampadas.

Os latifundiários, em particular do PMDB que integra a coalizão de governo – a maior bancada ruralista – conseguiram aprovar a reforma que lhes interessava do Código Florestal. Antes mesmo de chegar ao governo, como vice, o PMDB já impôs a retirada da atualização do índice de produtividade da terra do programa da coalizão. Numa situação onde a esmagadora maioria dos latifundiários no país é improdutiva. O índice que mede a produtividade da terra (1975) está muito defasado em relação às atuais condições de produção. Assim, muitas fazendas improdutivas acabam sendo classificadas como produtivas e não podem ser desapropriadas.

O XXI CONFASUBRA se posiciona em defesa da reforma agrária, pela atualização do índice de produtividade da terra, pela aprovação no Congresso Nacional da Lei que pune os Empregadores Flagrados por exploração de trabalho escravo e pede a revogação do Código Florestal.

PELA RETIRADA DAS TROPAS BRASILEIRAS DO HAITI!

Na recente visita ao Haiti, Dilma confirmou “pelo menos mais 5 anos”, com “investimentos” de super-exploração lá, e uma escandalosa restrição de vistos de trabalho aqui. No oitavo ano de ocupação que esmaga a soberania, as condições de vida do país estão mais degradadas. Depois do terremoto, cujas consequências foram agravadas e não minimizadas pela presença das tropas, em 2011 uma epidemia de cólera, trazida pelas tropas nepalesas da Minustah, já matou mais de sete mil haitianos e contaminou 525 mil. E não faltam denúncias de violência física e sexual praticadas pelas tropas de ocupação. Depois de soldados uruguaios, que estupraram um jovem de 18 anos, em dezembro passado os soldados brasileiros foram acusados de violência contra quatro haitianos.

É deste quadro de miséria, desemprego e opressão que fogem os mais de quatro mil que vieram ao Brasil e agora sofrem ameaça de deportação, depois da decisão do governo de limitar a

entrada de haitianos. Atitude inédita e discriminatória, já que atinge somente os imigrantes deste país.

Diante disso tudo, o XXI CONFASUBRA decide participar da campanha pela Retirada da Minustah (tropa da ONU que ocupa o Haiti, chefiada pelo Brasil). Combatendo a subordinação ao imperialismo dos “governos progressistas” do continente, destacando a bandeira da soberania da nação negra e defendendo a autodeterminação dos povos.

O XXI CONFASUBRA também decide participar junto com suas entidades filiadas da Jornada Continental pela retirada das tropas do Haiti, quando se completam 08 anos de ocupação, em 1º de Junho de 2012, com atos e manifestações encaminhadas a cada governo.

POR UMA CAMPANHA NACIONAL PARA EXIGIR DE DILMA A REVOGAÇÃO DO PL 79\11 QUE CRIA A EBSEH!

O Senado Federal aprovou no dia 23 de novembro de 2011, por 42 votos a favor e 18 contrários, o PL 79\11 que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), que será responsável por gerir os Hospitais Universitários (HU's).

O projeto aprovado exclui do âmbito das universidades a gestão desses hospitais, tirando deles o caráter de formação. Esse projeto representa a morte anunciada dos hospitais universitários, a banalização das instituições, reduzindo-as a meras prestadoras de serviços na área da saúde.

A luta contra a possibilidade de privatização dos Hospitais Universitários vem desde 31 de dezembro de 2010, quando o presidente Lula, no apagar das luzes, assinou a Medida Provisória (MP 520). Foi uma dura batalha que acabou com uma vitória importante, no dia 1º de junho, quando, devido ao decurso de prazo, a MP caiu no Senado. Entretanto, o governo federal, demonstrando que a saída que busca para os HU's passa por convênios com o setor privado, editou um projeto de lei em regime de urgência, que atropelando os debates, acabou aprovado na Câmara e no Senado, sendo sancionado por Dilma em dezembro de 2011.

Pelo PLC 79/11, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é uma empresa pública unipessoal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com foro no Distrito Federal. Suas fontes de recursos virão principalmente de dotação orçamentária da União.

A empresa é responsável pelo trabalho junto às instituições federais de ensino para serviços de apoio ao ensino, pesquisa, extensão e formação de pessoas no campo da saúde pública. Também poderá prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial à comunidade e mesmo de planos privados de assistência à saúde, com seu devido ressarcimento.

O projeto fere o artigo 207 da Constituição que trata da autonomia universitária, ao passar a gestão dos hospitais universitários à uma empresa de fora das instituições de ensino, ainda que vinculada ao Ministério da Educação.

É mais um crime que o parlamento e o governo cometem contra a maioria da população, especialmente os que dependem do Sistema Único de Saúde.

Infelizmente, a FASUBRA não colocou a luta contra a EBSEH como eixo da nossa última greve, e não se esforçou como deveria ter se esforçado para derrotar este projeto que privatiza os hospitais universitários. É um absurdo que a FASUBRA tenha participado da Conferência Nacional da Saúde, logo após aprovação no senado do PL 79\11 e não tenha tomado nenhuma iniciativa de propor uma Campanha Nacional dirigida à Presidente Dilma, exigindo o veto ao projeto. Aliás, para que serve estas Conferências, se não para a cooptação das organizações operárias. Se não vejamos: a maioria destas conferências (Municipal, Estadual e Nacional) aprovaram resoluções contra a aprovação da EBSEH, porém o governo, que não é obrigado a cumprir as orientações das ditas conferências, aprovou o PL no Congresso Nacional.

Pior, após a sansão da Presidente, a direção da FASUBRA não se deu o trabalho de informar a sua base o fato acontecido. A campanha pelo veto, somente foi aprovada na plenária de dezembro, nem deu tempo de começar, pois a campanha foi aprovada no dia 11 e a Presidente Dilma sancionou o projeto no dia 16.

Ainda é tempo de derrotar este projeto, começando com intensas manifestações nos Conselhos Universitários pela não aprovação da EBSERH e lançar o mais rápido possível uma Campanha Nacional exigindo da Presidente Dilma a revogação do projeto.

Por uma verdadeira campanha nacional pela implantação das 30 horas semanais nas IFES!

Passados quase 09 anos após o decreto assinado por Lula que, faculta aos dirigentes máximos dos órgãos públicos (nas IFES - os reitores) de autorizarem os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas e carga horária de trinta horas semanais quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, ainda em várias IFES não conseguimos a implantação das 30 horas semanais para os funcionários que são abrangidos pelo decreto.

Estudos comprovam que no setor da saúde, a jornada de trabalho maior de 30 horas semanais compromete a saúde do trabalhador e diminui, consideravelmente, a qualidade do serviço por ele prestado, podendo com isso expor o usuário e o próprio trabalhador a graves riscos.

Considerando que o ambiente de trabalho nos hospitais é formado na grande maioria por mulheres com dupla jornada (no trabalho e no lar), considerando que a 12ª Conferência Nacional de Saúde aprovou a jornada de 30 horas semanais sem redução de salário para o setor de saúde do Brasil e que a Organização Internacional do Trabalho orienta 30 horas semanais para os trabalhadores em hospitais em todo o mundo, **o XXI CONFASUBRA decide impulsionar em todas as IFES, que ainda não foram beneficiadas pelo decreto, uma verdadeira campanha pela implantação das 30 horas semanais para todos os servidores abrangidos pela lei.**

Essa luta deve estar casada com a luta por concurso público para os hospitais e a universidade como um todo.

Todo apoio ao PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de enfermagem de 40 horas semanais para 30 horas.

Plano de lutas:

O QUE ACHAMOS PRIORIDADE ENCAMINHAR:

1. Em defesa de uma universidade pública, livre, laica, democrática e gratuita!
2. Lutar por eleições paritárias para Reitor, Diretor e demais cargos de chefias em todas as IFES;
3. Lutar pela participação paritária dos servidores técnico-administrativos nos órgãos deliberativos das IFES;
4. Pela revogação da Lei 9.632/98 e de todas as demais que extinguem cargos no serviço público;
5. Pela manutenção dos HU's no sistema das IFES! Pela revogação da EBSERH!
6. Lutar pela Racionalização de cargos, pelo piso de 3 salários mínimos e step de 5%;
7. Lutar pela mudança no Anexo IV (Incentivo de Qualificação);
8. Lutar pela devolução do VBC absorvido;
9. Lutar pela aprovação da PEC 257 (Ascensão Funcional);
10. Combater nas IFES às práticas de Assédio Moral e a qualquer tipo de assédio (sexual e outros);
11. Intensificar a campanha pela implantação das 30 horas semanais nas IFES!
12. **Todo apoio ao PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de enfermagem de 40 horas semanais para 30 horas.**

Luta com os demais servidores públicos

1. **Lutar pela Extensão dos Benefícios da Lei 12.277/10 para todos os servidores do executivo;**
2. Reforçar a Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais!
3. Correção das distorções salariais;
4. Por uma verdadeira Mesa Nacional de Negociação Unificada;
5. Lutar pelo restabelecimento dos anuênios e licença-prêmio para todos;
6. Lutar pelo reconhecimento da data-base dos servidores no mês de maio;
7. Lutar pela equiparação do valor do auxílio-alimentação entre os três poderes: isonomia de benefícios!
8. Pela revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal;
9. Não as privatizações e as parcerias público-privadas (PPP);
10. Não a Terceirização do serviço público! Pela imediata realização de Concurso Público!
11. Lutar por isonomia salarial entre os três poderes;
12. Pela retirada do PLP 248/98 – demissão por suposta “insuficiência de desempenho”;
13. **Pela retirada do PL 549/09! Não ao congelamento salarial! Pelo cumprimento dos acordos de greve! Reajuste já!**
14. Revogação das Orientações Normativas sobre: Reposicionamento dos aposentados, adicional de insalubridade e aposentadoria especial.

Defesa da Liberdade e Autonomia Sindical

1. **Pela imediata refiliação da FASUBRA à CUT!**
2. Lutar pela garantia plena dos direitos sindicais (direito de negociação coletiva – convenção 151 da OIT) dos servidores públicos;
3. Fim das perseguições aos dirigentes sindicais, ratificação da convenção 158 da OIT contra as demissões imotivadas;
4. Lutar pela a independência dos sindicatos e da CUT em relação aos governos, aos patrões e aos partidos políticos!
5. Fim do imposto sindical, todo apoio ao plebiscito da CUT contra o imposto sindical!
6. Autonomia dos Movimentos Sociais para exigir do governo Dilma outra Política de Proteção da Nação e dos Trabalhadores!
7. Reestatização das empresas privatizadas, anulação dos leilões dos aeroportos, Revogação LRF, Centralização do Cambio e Derrubada dos Juros, Reforma Agrária.

Lutas Gerais/Internacionais

1. Soberania para o Haiti, Retirada Imediata das Tropas da Minustah! O Haiti precisa de médicos, Enfermeiros e Engenheiros e não de tropas de ocupação!
2. Não a manutenção do Superávit Fiscal!
3. Pelo cumprimento da Lei do Piso Nacional dos Professores;
4. Pela atualização do índice de produtividade da terra! Reforma agrária já!
5. Petróleo 100% Estatal!
6. Pela anulação das privatizações dos aeroportos!

Aposentados e a luta contra uma nova reforma da previdência

1. Manutenção dos aposentados e pensionistas na folha de pagamento das IFES;
2. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;

3. Defesa da Seguridade Social Pública – Contra a Previdência Complementar e aos Fundos de Pensão;
4. Lutar pelo fim do Fator Previdenciário que amputa as aposentadorias;
5. Contra qualquer “Reforma da Previdência” que retire ou reduza direitos das atuais e futuras gerações de trabalhadores;
6. Defesa da Aposentadoria Integral dos Servidores! Direitos não se retiram, se ampliam!
7. Pelo fim da cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas;
8. Pela reconquista da aposentadoria integral para todos os servidores;
9. Lutar pela reconquista dos direitos retirados pelas “reformas” Administrativa e Previdenciária.

Primeiros Signatários: Evaldo Varela (HU/UFC); Amélia Cabó (HU\UFC); Alrineide Pereira (HU\UFC); Eveline Martins (HU\UFC); Liliane Lima (HU\UFC); Francisca Gomes da Silva (HU\UFC); Thatiana Sousa (HU\UFC); Germana Lima (HU\UFC); José Flávio Ribeiro (HU\UFC); Aline Oliveira (HU/UFC); Cleuda Marçal (HU/UFC); Cinthia Prisciliana (HU\UFC); Maria Valquíria Xavier (HU\UFC); Carlos Augusto (HU\UFC); Maria Dionísia da Silva (HU\UFC); Nilde Maria Lopes (HU\UFC); Antônio Gleuston (HU\UFC); Maria do Socorro Carneiro (HU\UFC); Sandra Barbosa (HU\UFC); Lúcia Mota (HU\UFC); Conceição Maria (HU\UFC); Iresangela Gomes (HU\UFC); Rosângela Bezerra (HU\UFC); Maryane Barros (HU\UFC); Ana Cláudia Lopes (HU\UFC); Jihane Diogo (HU/UFC); Maria Lúcia (Benfica); Rita Marinho (Benfica\UFC); Ana Luísa (MEAC\UFC); Aurileide Pires (HU/UFC); Sandra Costa (HU\UFC); Anaíza Diógenes (HU/UFC); Silvani Nascimento (HU/UFC); Waldiana Lima (HU\UFC); Maria Vera Silva (HU\UFC); Elizete Nogueira (HU\UFC); Almir Brito (HU\UFC); Renata Rebouças (HU\UFC); Maria José Tavares (HU/UFC); Solange Freitas (HU/UFC); Vaneide de Jesus (HU/UFC); Gladys Farias (HU/UFC); João Calixto (FVC/UFC); Arlindo Garcia (PICI/UFC); Antônio Erialdo (FVC\UFC); Antônio Gomes Marinho (FVC\UFC); Edvaldo Gomes (FVC\UFC); Francisco de Assis (FVC\UFC); Francisco Moreira (FVC\UFC); Francisco Erivan Barbosa (FVC\UFC); Juscelino Ferreira (FVC\UFC); José Airton Rodrigues (VFC\UFC); José Ivanildo Guimarães (FVC\UFC); José Ivandi Guimarães (FVC\UFC); José Lourenço da Silva (FVC\UFC); José Roberto de Sousa (FVC\UFC); Luiz Ferreira (FVC\UFC); Manuel Ferdinando (FVC\UFC); Murilo Paiva (FVC\UFC); Nicolau Ferreira (FVC\UFC); Pedro Freire (FVC\UFC); Paulo Sérgio (FVC\UFC); Raimundo Nonato (FVC\UFC); Raimundo Antônio Damasceno (FVC\UFC); Valmir Chagas da Silva (FVC\UFC); Maria de Souza Marinho (FVC\UFC); Valdemar de Sousa (FVC\UFC) e Nélson Augusto (Rádio Universitária\Benfica).